

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

Aos Diretores e Acionistas

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa Nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Assú

Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Auditoria das demonstrações contábeis societárias

A Assú Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 01 de março de 2019.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa Nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 12 de abril de 2019.


CARLOS ALBERTO FELISBERTO
Contador CRC (PR) nº 037.293/O-9


FABIO EDUARDO LORENZON
Contador CRC (SC) nº 026.215/O-6



C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
Rua João Negrão, 2226 – Prado Velho - Curitiba – PR

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS 2018**

SUMÁRIO

1 – Relatório Anual da Administração	2
1.1 Aos Acionistas	2
1.2 A Companhia	2
1.3 Organograma da Companhia	3
1.4 Governança Corporativa	3
1.5 Política de Qualidade	3
1.6 Declaração da Diretoria	4
1.7 Relação com o Auditor Independente	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS	6
Ativos Regulatórios	6
Passivos Regulatórios	7
Demonstrações de Resultados Regulatórios	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatórios	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	10
NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	11
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL	11
NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS REGULATÓRIAS	12
3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes	12
3.2 - Compensações Entre Contas	12
3.3 - Caixa e equivalentes de caixa	12
3.4 - Imobilizado	12
3.5 - Receita de aplicação financeira	12
3.6 - Apuração de resultado	13
3.7 - Forma de tributação	13
3.8 - Provisões	13
3.9 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis	13
NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
NOTA 5 - IMOBILIZADO	13
NOTA 6 - FORNECEDORES	14
NOTA 7 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	14
NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
NOTA 9 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	14
NOTA 10 - NOTAS DE AJUSTES DA CONTABILIDADE REGULATÓRIA x SOCIETÁRIA	15
10.1 - Ativo financeiro - Concessões	20
10.2 - Imobilizado	20
10.3 - Obrigações com Acionistas	20
10.4 - Impostos Diferidos	20
10.5 - Reservas de lucros	21
10.6 - Receitas operacionais	21
10.7 - Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Provisões	21

1 – RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

1.1 Aos Acionistas

A Administração da Assú Transmissora S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2018, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários

1.2 A Companhia

A Assú Transmissora de Energia S.A. (Companhia em fase pré-operacional) iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Sociedade Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

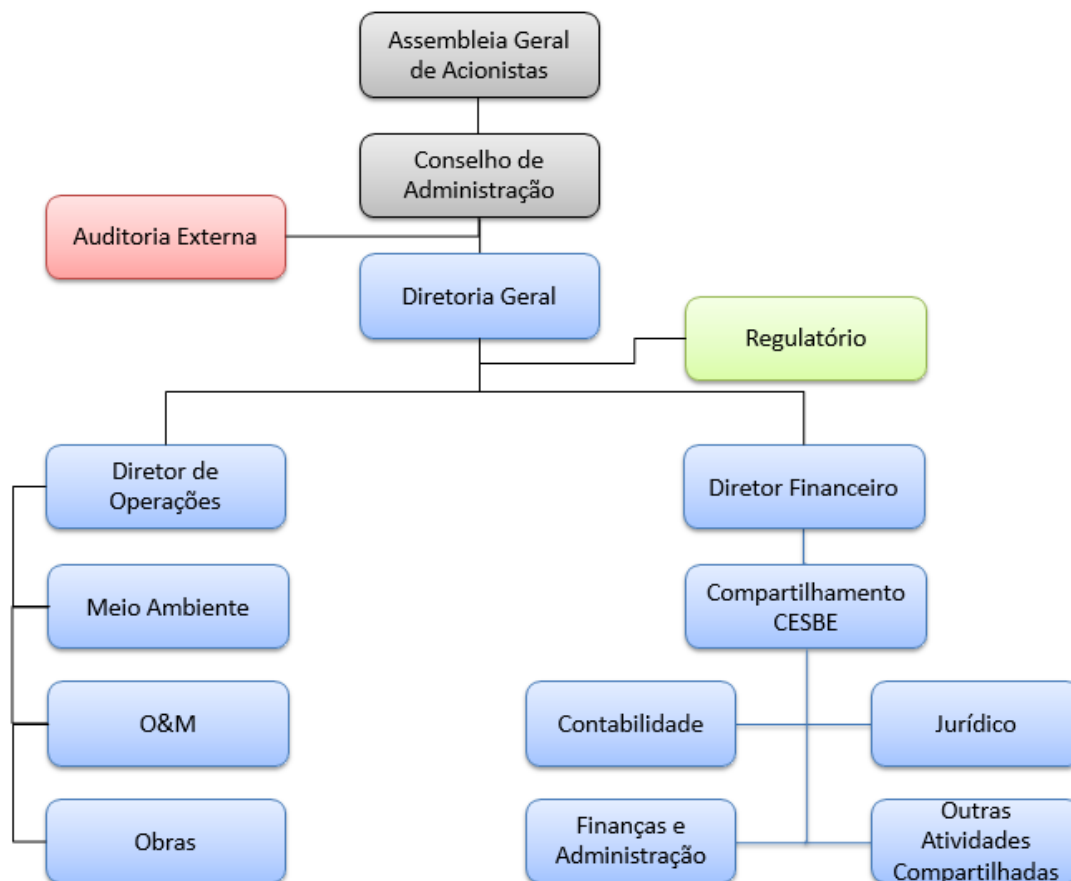
Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão".

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açú III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia S.A. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

O investimento está estimado em R\$ 133,085 milhões, a preço de março de 2018, adotando o REIDI (descontando os tributos PIS e COFINS e inclusão do DIFAL), benefício solicitado e homologado pela Receita Federal do Brasil.

1.3 Organograma da Companhia



1.4 Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Assú Transmissora S.A. realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da Transmissora e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns ao Grupo Cesbe.

1.5 Política de Qualidade

A Assú Transmissora S.A., respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de

operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas: (i) gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e em resultados; (ii) atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; (iii) conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade; (iv) cumprimento das Normas de Segurança; e (v) aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações.

1.6 Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

1.7 Relação com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Martinelli Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
Rua João Negrão, 2226 – Prado Velho - Curitiba – PR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS

Ativos Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 (Companhia em fase pré-operacional)
 C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

ATIVO	Nota	2018
<u>CIRCULANTE</u>		17
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2
Despesas Antecipadas		14
Outros Créditos		1
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		2.502
Imobilizado	5	2.502
TOTAL DO ATIVO		2.519

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Passivos Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

	Nota	2018
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		18
Fornecedores	6	1
Obrigações Fiscais		4
Outras Obrigações	7	13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.501
Capital Social	8	2.511
Resultado a Disposição da Assembleia		(10)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.519

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações de Resultados Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 (Companhia em fase pré-operacional)
 C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 (Em milhares de Reais, Exceto Prejuízo por Ação)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RESULTADO REGULATÓRIAS

	2018
Lucro Bruto	-
<i><u>Receitas (Despesas) Operacionais</u></i>	(9)
Gerais e Administrativas	(9)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	(9)
<i><u>Resultado Financeiro</u></i>	(1)
Despesas Financeiras	(1)
Resultado Líquido do Exercício	(10)
Prejuízo por Ação:	(0,004)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatórios

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Integralização de Capital Social	2.511	-	2.511
Resultado Líquido do Exercício	-	(10)	(10)
Em 31 de dezembro de 2018	2.511	(10)	2.501

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM MÉTODO DIRETO

(Em milhares de Reais)

	2018
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado Líquido do Exercício	(10)
Ajustado por:	
- x -	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(10)
Despesas Antecipadas	(14)
Outros Créditos	(1)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(15)
Fornecedores	1
Obrigações Fiscais	4
Outras Obrigações	13
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	18
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(7)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição Ativo Imobilizado	(2.502)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(2.502)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de Capital Social	2.511
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	2.511
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Assú Transmissora de Energia S.A. (Companhia em fase pré-operacional) iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição de Sociedade Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, sob a forma de subsidiária integral de Cesbe Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2018, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão".

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por: instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Açú III, pelos pátios 500/230kv, 3ª e 4ª unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia S.A. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Açú III e os pontos de seccionamentos de: Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Açú II – Lagoa Nova II, primeiro circuito; as entradas de linha correspondentes na Subestação Açú III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Açú II, Mossoró II e Lagoa Nova II.

O investimento está estimado em R\$ 133,085 milhões, a preço de março de 2018, adotando o REIDI (descontando os tributos PIS e COFINS e inclusão do DIFAL), benefício solicitado e homologado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As DCR's - Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia, foram preparadas de acordo com o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, MCPSE - Manual de Contabilidade Patrimonial do Setor Elétrico e, ainda, de acordo com todas as normativas emitidas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

No que é aprovado pela ANEEL, as DCR's também foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

3.1 - Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 - Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço.

3.4 - Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

3.5 - Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.6 - Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.7 - Forma de tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são cálculos com base no valor líquido dos ativos construídos.

3.8 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9 - Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>
Bancos Conta Movimento	<u>2</u>
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>2</u>

NOTA 5 - IMOBILIZADO

	Desenvol. Projetos	Serviços Administ.	Servidões e Indenizações	Depósitos Judiciais	Adiant. Fornecedor	Total
Em Curso						
Saldo Final em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Adições	1.300	989	129	78	6	2.502
Saldo Final em 31 de dezembro de 2018	<u>1.300</u>	<u>989</u>	<u>129</u>	<u>78</u>	<u>6</u>	<u>2.502</u>
Custo	1.300	989	129	78	6	2.502
Valor Líquido em 31 de dezembro de 2018	<u>1.300</u>	<u>989</u>	<u>129</u>	<u>78</u>	<u>6</u>	<u>2.502</u>

NOTA 6 - FORNECEDORES

	<u>2018</u>
Fornecedores	<u>1</u>
Total de Fornecedores	<u>1</u>

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

NOTA 7 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>2018</u>
Alugueis a Pagar	<u>13</u>
Total de Outras Obrigações	<u>13</u>

NOTA 8 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 2.511.403,00 (dois milhões, quinhentos e onze mil, quatrocentos e três reais), dividido em 2.511.403 ações ordinárias sem valor nominal.

Dividendos Propostos

Aos acionistas é garantido um dividendo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações.

A proposta do dividendo relacionado ao exercício de 2018, que está sendo encaminhado ao Conselho de Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2019, no montante de R\$ 2 mil, atende ao estatuto. A proposta é que estes dividendos retornem a Companhia em forma de Reserva de Lucros a realizar.

NOTA 9 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia não mantém provisões para contingências pois não há processos juntos aos assessores jurídicos externos cuja a possibilidade de perda tenha sido avaliada como de risco "provável".

NOTA 10 - NOTAS DE AJUSTES DA CONTABILIDADE REGULATÓRIA x SOCIETÁRIA

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

ATIVO	Nota	2018		
		Societário	Ajustes	Regulatório
<u>CIRCULANTE</u>		17	-	17
Caixa e Equivalentes de Caixa		2	-	2
Despesas Antecipadas		14	-	14
Outros Créditos		1	-	1
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		2.520	(18)	2.502
Ativo Financeiro	10.1	2.520	(2.520)	-
Imobilizado	10.2	-	2.502	2.502
TOTAL DO ATIVO		2.537	(18)	2.519

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 (Companhia em fase pré-operacional)
 C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2018		
		Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE		20	(2)	18
Fornecedores		1	-	1
Obrigações Fiscais		4	-	4
Obrigações com Acionistas	10.3	2	(2)	-
Outras Obrigações		13		13
NÃO-CIRCULANTE		2	(2)	-
Impostos Diferidos	10.4	2	(2)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.515	(14)	2.501
Capital Social		2.511	-	2.511
Resultado a Disposição da Assembleia	10.5	4	(14)	(10)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.537	(18)	2.519

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 (Companhia em fase pré-operacional)
 C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais, Exceto Lucro/Prejuízo por Ação)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RESULTADO REGULATÓRIAS

	Nota	2018		
		Societário	Ajustes	Regulatório
Receita Operacional Líquida	10.6	2.503	(2.503)	-
(-) Custos dos Produtos Vendidos	10.7	(2.503)	2.503	-
Lucro Bruto		-	-	-
<u>Receitas (Despesas) Operacionais</u>		(9)	-	(9)
Gerais e Administrativas		(9)	-	(9)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(9)	-	(9)
<u>Resultado Financeiro</u>		17	(18)	(1)
Receitas Financeiras		18	(18)	-
Despesas Financeiras		(1)	-	(1)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		8	(18)	(10)
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos		(2)	2	-
Resultado Líquido do Exercício		6	(16)	(10)
Lucro/Prejuízo por Ação:		0,002		(0,004)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Retenção de Lucros	Reserva Legal	Lucros / Prejuízos Acumulados	
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	2.511	-	-	-	2.511
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	6	6
Dividendos Propostos	-	-	-	(2)	(2)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	4	-	(4)	-
Em 31 de dezembro de 2018	2.511	4	-	-	2.515

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)
C.N.P.J./M.F. 29.740.261/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM
MÉTODO DIRETO
 (Em milhares de Reais)

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018
Resultado Líquido do Exercício	6
Ajustado por:	
Impostos Diferidos	2
Ajuste a Valor Presente - Ativo Financeiro	(18)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(10)
Despesas Antecipadas	(14)
Outros Créditos	(1)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(15)
Fornecedores	1
Obrigações Fiscais	4
Outras Obrigações	13
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	18
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(7)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Constituição do Ativo Financeiro	(2.502)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(2.502)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de Capital Social	2.511
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	2.511
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	2

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

10.1 - Ativo financeiro - Concessões

O ativo financeiro, oriundo do contrato de concessão, é apresentado na contabilidade societária da Companhia, em conformidade com o International Financial Reporting Standards - IFRS e respectivos pronunciamentos contábeis, emitidos pelo CPC.

Na contabilidade regulatória, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, o ativo financeiro não é considerado, sendo os ativos da Companhia registrados na forma de Imobilizado e Intangível de Transmissão.

10.2 - Imobilizado

Na contabilidade regulatória, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, todos os bens registrados no Relatório de Controle Patrimonial - RCP, são considerados Imobilizados e Intangíveis de transmissão, no ativo da Companhia.

Na contabilidade societária da Companhia, estão registrados como imobilizados e intangíveis apenas bens de uso da administração da Companhia.

10.3 - Obrigações com Acionistas

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

10.4 - Impostos Diferidos

A receita societária, desde a entrada em operação da Companhia, salvo exceções, tem sido superior à receita regulatória. Consequentemente o lucro societário, salvo exceções, tem sido superior ao lucro regulatório.

Quando o lucro societário é superior ao lucro regulatório, é calculado o Imposto de Renda diferido e a Contribuição Social diferida sobre a parcela do lucro societário que excede o lucro regulatório, sendo lançado no resultado como Despesa e tendo a contrapartida no passivo não circulante como IR e CSLL diferido.

Quando o lucro societário é inferior ao lucro regulatório é realizada a baixa/reversão do diferimento da tributação no Passivo.

O ajuste nos impostos diferidos (societários x regulatórios) se faz necessário, porque nas DCR's não há esse diferimento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a diferença entre as receitas societárias e regulatórias, pois as receitas societárias não são consideradas nas DCR's. O imposto diferido constante no passivo regulatório é proveniente de aplicações financeiras.

10.5 – Resultado à disposição da Assembleia

As diferenças nas reservas de lucros são oriundas do resultado positivo excedente na contabilidade societária em relação a contabilidade regulatória.

10.6 - Receitas operacionais

Na contabilidade societária, as receitas societárias são calculadas com base no fluxo de caixa do ativo financeiro e são subdivididas em receita com juros, receita com atualização monetária e receita com O&M.

Na contabilidade regulatória a receita regulatória é proveniente da Receita Anual Permitida - RAP e mensurada mensalmente pelo ONS através do Aviso de Crédito - AVC. Essa receita dá origem a conta clientes e é o valor efetivamente faturado pela Companhia.

10.7 - Custos Operacionais e Despesas Operacionais - Provisões

A contabilidade regulatória registra a aquisição de imobilizados e/ou intangíveis como ativos da Companhia. Na contabilidade societária esses mesmos valores são registrados como custos ou despesas operacionais, conforma a sua natureza.

Curitiba-PR, 20 de março de 2019.

Carlos de Loyola e Silva
Diretor Presidente

Douglas Alney Vosgerau
Diretor Financeiro

Joel Biscaia da Silva
Contador – CRC/PR 027982/O-0